

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE
.DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 57/2023 – Processo 250/2023

O Prefeito do Município de Cianorte, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, torna público que Ratificou com SYSMAR INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº **00.850.753/0001-96**, para **serviço de instalação, implantação, suporte e treinamento dos usuários e prestação de garantia de um sistema de gestão municipal da Assistência Social**, pelo valor total estimado de **R\$ 6.200,00** (Seis mil e duzentos reais), e prazo de execução e vigência: de **01/07/2023 até 30/09/2023**; mediante **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações.

Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, em 30 de Junho de 2023.

Marco Antonio Franzato
Prefeito

MUNICÍPIO DE CIANORTE
DIVISÃO DE LICITAÇÕES
RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS

O Presidente da Comissão de Licitação, nomeado pela Portaria nº 53/2023, no uso de suas atribuições legais, publica o resultado do julgamento da fase de habilitação e proposta de preços, conforme ao Edital de Licitação nº 02/2023 modalidade Concorrência Pública, visando a **CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CIANORTE, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, A EXPANSÃO, A OPERAÇÃO, A TELEGESTÃO E A MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**.

Segue abaixo o resultado da fase de habilitação e proposta de preços do certame:

| Ranking | Proponentes | Tipo de Participação | Valor (R\$) | Deságio | Habilitação |
|---------|---|----------------------|-------------|---------|-------------|
| 1ª | CONSORCIO CONICP CIANORTE • Sigma Engenharia Indústria e Comércio Ltda • Sbran Sinalização de Tráfego Industrial Ltda • Fiscal Tecnologia e Automação Ltda | Consórcio | 305.214,90 | -61% | Habilitada |
| 2ª | CONSORCIO CIANORTE LUZ • Brasiluz Eletrofiação e Eletrônica Ltda • Enguluz Iluminação e Eletrônica Ltda | Consórcio | 425.090,00 | -45% | - |
| 3ª | FM RODRIGUES & CIA LTDA | Individual | 463.734,97 | -40% | - |

Desse modo, concede-se o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar desta publicação, conforme disposição do Art. 109, Inciso I, da Lei Federal 8.666/1993, para eventual apresentação de recurso contra a decisão da comissão.

Os autos estão disponíveis na Divisão de Licitações do Município de Cianorte.

Paço Municipal Prefeito Wilson Ferreira Varella, em 06 de Julho de 2023.

Marcos Alberto Valério
Presidente

MUNICÍPIO DE CIANORTE
Aviso de Suspensão de Licitação – Pregão Eletrônico nº 92/2023

O Município de Cianorte, através da Divisão de Licitações, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que com autorização do Exmo. Sr. Prefeito, e de acordo com a legislação em vigor, a **SUSPENSÃO** da sessão referente a **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo menor preço, com o seguinte objeto: **Aquisição de peças e óleo lubrificante, além de contratação de serviços mecânicos, serviços em bombas injetoras, manutenção de caminhões, tratores e equipamentos rodoviários da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos**. Nova sessão será agendada e devidamente publicada de acordo com o que determina a legislação.

Cianorte, em 05 de Julho de 2023.

Kelly Karolyne Ickert
Chefe da Divisão de Licitações

CICENOP
CNPJ: 01178931/0001-47
Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná

RESOLUÇÃO Nº 056/2023

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE EMPREGADO PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO, DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO, DO CICENOP.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO CENTRO NOROESTE DO PARANÁ – CICENOP. NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E COM BASE NO QUE DISPÕE ART. 40, VII DO ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DO CICENOP.

RESOLVE:

Art. 1º **NOMEAR** o senhor **Thiago Henrique de Oliveira** portador da CI/RG nº. 10.072.314-0 SSP/Pr e CPF nº. 065.933.409-79, para exercer o cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, de **SECRETÁRIO EXECUTIVO** do CICENOP previsto na tabela de cargos em comissão do Estatuto Social Consolidado, datado de 09 de setembro de 2022, de simbologia CCI1, a **partir do dia 03 de julho de 2023.**

Art. 2º. **Revogar a Resolução nº 055/2023 de 05/07/2023** por erro material.

Art. 3º. A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos retroativos a partir de 03 de julho de 2023.**

**REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRASE**

Cianorte-Pr, 05 de julho de 2023.

Marco Antonio Franzato
Presidente

CICENOP
CNPJ: 01178931/0001-47
Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná

RESOLUÇÃO Nº 057/2023

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE EMPREGADO PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO, DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO, DO CICENOP.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO CENTRO NOROESTE DO PARANÁ – CICENOP. NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E COM BASE NO QUE DISPÕE O ART. 40, VII DO ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DO CICENOP.

RESOLVE:

Art. 1º. **EXONERAR**, a Senhor **Custódio Aparecido Brito** portador da CI/RG nº.4.302.782-4 da SSP/PR, e CPF nº.571.049.059-87, do cargo em comissão de livre nomeação e exoneração de **Chefe da Subdivisão Administrativa**, da Estrutura Organizacional da Divisão Administrativa do CICENOP previsto na tabela de cargos em comissão do Estatuto Social Consolidado, datado de 09 de setembro de 2022, de simbologia CC3, a **partir do dia 06 de julho de 2023.**

Art. 2º. A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRASE**

Cianorte-Pr, 06 de julho de 2023.

Marco Antonio Franzato
Presidente

CICENOP
CNPJ: 01178931/0001-47
Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná

RESOLUÇÃO Nº 058/2023

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE EMPREGADO PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO, DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO, DO CICENOP.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO CENTRO NOROESTE DO PARANÁ – CICENOP. NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E COM BASE NO QUE DISPÕE ART. 40, VII DO ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DO CICENOP.

RESOLVE:

Art. 1º. **NOMEAR** o senhor **Custódio Aparecido Brito** portador da CI/RG nº.4.302.782-4 da SSP/PR, e CPF nº.571.049.059-87, para exercer o cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, de **DIRETOR DE PROMOÇÃO A SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL** do CICENOP previsto na tabela de cargos em comissão do Estatuto Social Consolidado, datado de 09 de setembro de 2022, de simbologia CC2, a **partir do dia 07 de julho de 2023.**

Art. 2º. A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRASE**

Cianorte-Pr, 06 de julho de 2023.

Marco Antonio Franzato
Presidente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
LICITAÇÕES
Av. Princesa Isabel, 320 - CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 Ramal 218 | E-mail: licitacao@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PREGÃO PRESENCIAL N.º 38/2023-PMJ
PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO EDITAL

A Prefeitura do Município de Jussara-Pr, por meio de seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, em decorrência da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N.º 38/2023, que tem por objeto **Futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de destinação de pragas urbanas e limpeza de cisternas d'água para os diversos setores da administração municipal**, torna pública e oficializa a presente **ALTERAÇÃO** ao Edital e Termo de Referência em epígrafe, conforme disposições a seguir:

- 01) Tendo em vista que esta Prefeitura Municipal, dispõe somente de 1 (um) Pregoeiro e 1 (uma) Equipe de Apoio;
- 02) Considerando que na data inicialmente estabelecida para o Pregão, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio estarão passando por capacitação;
- 03) **FICA ALTERADO** a data de abertura do certame para o dia **17/07/2023.**
- 04) As demais cláusulas e prazos do presente edital permanecem inalteradas.

Paço Municipal de Jussara, em 06 de julho de 2023.

ROBISON PEDROSO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
Estado do Paraná
Praça Paraná, 50 - Fone/Fax (044) 3644-1114, 3644-1185, 3644-1100 e 3644-1178
Site: www.saomaneldoparana.pr.gov.br e-mail: pesoa@saomaneldoparana.pr.gov.br
CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná
CNPJ - 80.909.617/0001-63

PORTARIA Nº 054/2023

INTERROMPE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES SEM REMUNERAÇÃO.

AGNALDO TREVISAN, Prefeito Municipal de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no Requerimento Protocolado sob o n.º 208/2023 de 06 de julho de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º. **Interromper** a pedido do Servidor Público Municipal, **DEVANIL JOSE ZUPIROLI**, portador da Cédula de Identidade Rg. nº. 4.XXXX.XX-7 (SSPPR), ocupante do Cargo Efetivo de **FISCAL DE TRIBUTOS / 40**, lotado na **DIVISÃO DE AGRICULTURA**, licença **PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES SEM REMUNERAÇÃO** conforme protocolo nº 015/2023 de 17/01/2023 e Portaria Municipal nº 008/2023 de 18 de janeiro de 2023.

Art. 2º. O pedido supra citado é com base no § 1º do art. 99 da Lei Municipal nº 020/93 de 07 de Maio de 1993, retomando assim a suas atividades normais, a partir de **07 de julho de 2023.**

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário, em especial a Portaria Municipal nº 008/2023 de 18 de janeiro de 2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE.

Paço Municipal "13 de Setembro", de São Manoel do Paraná em 06 de julho de 2023.

AGNALDO TREVISAN
Prefeito Municipal
Assinatura original

MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
Estado do Paraná
Praça Paraná, 50 - Fone/Fax (044) 3644-1114, 3644-1185, 3644-1100 e 3644-1178
Site: www.saomaneldoparana.pr.gov.br e-mail: pesoa@saomaneldoparana.pr.gov.br
CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná
CNPJ - 80.909.617/0001-63

REPUBLICAÇÃO
DECRETO Nº 109/2023

Nomeia Candidata aprovada em Concurso Público e dá outras Providências.

AGNALDO TREVISAN, Prefeito Municipal de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no artigo 11, inciso I e Artigo 12 da Lei Municipal 020/93 de 07/05/93, Lei Municipal 14/2001 de 19/12/2001 e suas posteriores alterações, resolve:

Art. 1º. **Nomear** a partir de **15 maio de 2023**, em caráter Efetivo, a candidata aprovada no Concurso Público Municipal nº 001/2022, aberto pelo Edital nº. 001/2022 – CARGO EFETIVO, do dia 21 de outubro de 2022, publicado o resultado final através dos Editais nº 016/2022 – CARGO EFETIVO, do dia 02 de março de 2023, e homologado resultado do final no Edital nº 017/2022 – CARGO EFETIVO do dia 07 de março de 2023 e publicado no Jornal Tribuna de Cianorte Edição: 8939 Pág. C-3 do dia 09 de março de 2023, convocado por meio do Edital de Convocação IV do dia 26 de abril de 2023, publicado no Tribuna de Cianorte no dia 27 de abril de 2023, edição 8972, página B.02, para exercer o cargo Provisório Efetivo, no Regime Estatutário da Lei 020/93, do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de São Manoel do Paraná, abaixo relacionado.

| NOME | RG | CARGO | CLASS. |
|-------------------------|--------------|----------------------|--------|
| JOSELAINE LIMA FERREIRA | 7.000.0001-0 | ASSISTENTE SOCIAL/30 | 2ª |

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "13 de setembro" de São Manoel do Paraná, 12 de maio de 2023.

AGNALDO TREVISAN
Prefeito Municipal
Assinatura Original

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Areia Bergamo Ltda torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra, a Licença de Instalação para extração de areia por dragagem no leito do Rio dos Índios a ser implantada na Rodovia PR 082, Km 484,5, Trecho Cianorte à Indianópolis, Lado Esquerdo, S/N, Zona Rural, CEP: 87.220-000, São Tomé-PR.

MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
Estado do Paraná
Praça Paraná, 50 - Fone/Fax (044) 644-1114, 644-1185, 644-1100 e 644-1178
Site: www.saomaneldoparana.com.br e-mail: pmsmp@urapida.com.br
CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná
C.G.C - 80.909.617/0001-63

REPUBLICAÇÃO
PORTARIA Nº 043/2023

Dispõe sobre a lotação de servidores pública e designação de função administrativa para compor o Órgão Gestor e dá outras providências.

AgNALDO Trevisan, Prefeito Municipal de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **Lotar a partir de 15/05/2023**, a Servidora **JOSELAINE LIMA FERREIRA**, portadora do RG Nº 7.000.0001-0 (SSP-PR), Assistente Social/30, na Secretaria Municipal de Assistência Social, com carga horária de 30 horas semanais.

Art. 2º - Designar a servidora **JOSELAINE LIMA FERREIRA**, para responder pelo Órgão Gestor da Assistência Social, sem vantagem pecuniária.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos retroativos a 15 de maio de 2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE.

Paço Municipal "13 de setembro", de São Manoel do Paraná em 12 de junho de 2023.

AgNALDO Trevisan
Prefeito Municipal
Assinatura Original

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE PEDIDO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A empresa **JAUMIR MUCHELIM CALEGARINE & CIA LTDA**, torna público que irá requerer junto ao IAT Renovação de Licença de Operação para Posto de combustíveis para veículos automotores, instalada na Avenida América nº 681, Jardim Alto da Cidade, Município de Cianorte – PR.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

LAVANDERIA E TINTURARIA JUSSARA LTDA, torna público que irá requerer junto ao IAT, Licença Prévia de Ampliação para Lavanderia Industrial para peças do vestuário, instalada na Rodovia PR 323, Km 57, Parque Industrial, Município de Jussara.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
Paço Municipal "Manoel Peres Filho"
Fone: (44) 3635-1327 - Fax: (44) 3635-1300 - C.G.C. 75.788.349/0001-39
JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA N.º 202 / 2023

ADRIANA CRISTINA POLIZER, PREFEITA MUNICIPAL DE JAPURÁ – COMARCA DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, **CONSIDERANDO** O CONTIDO NO ART. 87 E 92 DA LEI MUNICIPAL N.º 024/2003 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2003.

RESOLVE

CONCEDER, FÉRIAS REGULAMENTARES À QUE TEM DIREITO O FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL O SENHOR **IRÁ CARLOS TOMÉ COQUEIRO**, LOTADO NO SETOR DE SERVIÇOS URBANOS, CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, A PARTIR DE **05/07/2023 A 24/07/2023**, REFERENTES AO PERÍODO DE TRABALHO COMPREENDIDO ENTRE 07/03/2022 A 06/03/2023.

PAÇO MUNICIPAL "MANOEL PERES FILHO" DE JAPURÁ – ESTADO DO PARANÁ EM 05 DE JULHO DE 2023.

ADRIANA CRISTINA POLIZER
PREFEITA MUNICIPAL

Avenida Bolívar N.º 363, Centro, CEP 87225-000

CMDCA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Rua Curitiba, 370 - Fone: (44) 3635-1041
Lei Federal: 8.069/90-Lei Municipal: 010/2019
Japurá – Paraná

RESOLUÇÃO Nº 07/2023

Dispõe sobre aprovação da renovação do cadastro da APMI de Japurá no CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do município de Japurá-PR, no uso das atribuições estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) e Lei Municipal nº 10/2019,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica aprovada a relação de documentos apresentada pela APMI de Japurá, com o objetivo de ativação do cadastro da referida entidade no Conselho Mun. dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Japurá-PR;

Art. 2º. O Conselho Mun. dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Japurá-PR aprova a renovação da inscrição da APMI de Japurá e aprova a ativação do cadastro da referida entidade no CMDCA.

Japurá, 06 de julho de 2023

Atenciosamente,

Aparecida Alves Moreira Bulla
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Japurá-PR

Prefeitura Municipal de Japurá
Avenida Bolívar, 363 – Centro – Fone: (44) 3635-1327 – Fax: (44) 3635-1300
e-mail: administrador@japora.com.br – CEP: 87225-000 – CNPJ: 75.788.349/0001-39 – Japurá-PR.
Estado do Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO - EXCLUSIVO ME - EPP
LICITAÇÃO Nº 90/2023
PREGÃO Nº 61/2023 - ELETRÔNICO - SRP

O MUNICÍPIO DE JAPURÁ, ESTADO DO PARANÁ, TORNA PÚBLICO QUE ÀS 08:30 HORAS DO DIA **19/07/2023**, FARÁ REALIZAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ, À AV. BOLÍVAR, 363, **PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, CONFORME ESPECIFICA ABAIXO:

DESCRIÇÃO DO OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTA LICITAÇÃO A REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA E MATERIAIS DE REABILITAÇÃO MULTIPROFISSIONAL CONFORME TERMOS DA RESOLUÇÃO SESA Nº 870/2021 EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JAPURÁ-PR.

O CRITÉRIO DE JULGAMENTO SERÁ O MENOR PREÇO Por Item.

VALOR MÁXIMO - R\$ 35.038,33 (Trinta e Cinco Mil e Trinta e Oito Reais e Trinta e Três Centavos).

O EDITAL ESTARÁ À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NA SEÇÃO DE LICITAÇÕES, DA PREFEITURA MUNICIPAL EM DIAS ÚTEIS NO HORÁRIO DAS 07:30 ÀS 11:30 E DAS 13:00 ÀS 17:00 HORAS ou via **BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES** (www.bll.org.br). INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELO TELEFONE (44) 3635-1327 OU (44) 3635-1690, PELO E-MAIL licitajapura@gmail.com.

JAPURÁ, 06/07/2023

ELY DE OLIVEIRA JUNIOR
Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Japurá
Avenida Bolívar, 363 – Centro – Fone: (44) 3635-1327 – Fax: (44) 3635-1300
e-mail: administrador@japora.com.br – CEP: 87225-000 – CNPJ: 75.788.349/0001-39 – Japurá-PR.
Estado do Paraná

2º TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 116/2021

LICITAÇÃO Nº 71/2021
Dispensa de Licitação Nº 20/2021

O Município de JAPURÁ, com sede na Av. Bolívar, 363, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 75.788.349/0001-39, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Sr. Prefeita **ADRIANA CRISTINA POLIZER**, no uso das atribuições que lhe são conferidas e a(o) **COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A**, com endereço a RUA JOSÉ ZIDORO BIAZZETTO, 158 BLOCO C - CEP: 81200240 - BAIRRO: MUSSUNGUE, Curitiba/PR, neste ato representada(o) pelo(a) Sr. (a) **EVANDRO LUIZ ZACLIKEVISC**, portador (a) do CPF nº 039.119.089-03, a seguir denominada(o) CONTRATADA(O), nos termos do que dispõe da Lei 8.666/93 e Lei nº 10.520/02, regulamentada pelo e em face do resultado obtido no Dispensa de Licitação nº 20/2021, firmam o presente termo aditivo ao CONTRATO nº 116/2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do CONTRATO nº. 116/2021, até o dia **05/07/2024**, do qual a contratada saiu vencedora do **Dispensa de Licitação Nº 20/2021** da qual a contratada saiu vencedora, conforme permissivo artigo 65, parágrafo primeiro, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO
Em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 61 da lei nº 8.666/93, o presente termo aditivo será publicado no Diário Oficial do Município, na forma de extrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original, não afetadas pelo presente aditamento. E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes contratantes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

JAPURÁ, 06 de julho de 2023.

ADRIANA CRISTINA POLIZER
Prefeita Municipal

COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A
EVANDRO LUIZ ZACLIKEVISC

Testemunhas:
Felipe Junior Venancio da Silva
CPF: 103.487.219-27

Willian Ferreira Sardi
CPF: 634.462.439-68



PREFEITURA MUNICIPAL

Estado do Paraná
Rua Parâ, 86 – Telefax: (0xx41) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uol.com.br

LEI MUNICIPAL Nº 1077/2023

Institui a política municipal de inovação, ciência e tecnologia, cria o Conselho Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia, cria o Fundo Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia e estabelece medidas de incentivo à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico de Guaporema, visando a consolidação do Ecossistema de Inovação e Tecnologia, o estímulo à inovação no setor produtivo e a promoção do desenvolvimento econômico e social do município de Guaporema.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUAPOREMA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU GILBERTO CASTIGLIONI, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ART. 1º A presente lei institui a política municipal de inovação, ciência, tecnologia, cria o Conselho Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia e estabelece medidas de incentivo à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico de Guaporema, visando a consolidação do Ecossistema de Inovação e Tecnologia, o estímulo à inovação no setor produtivo e a promoção do desenvolvimento econômico e social do município de Guaporema.

ART. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

- Inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho;
- Produto, Processo ou Serviço Inovador: resultado de aplicação substancial de conhecimentos científicos e tecnológicos, caracterizado por diferencial competitivo no mercado ou significativo benefício social;
- Startup: organizações empresariais ou societárias, nascentes ou em operação recente, cuja atuação caracteriza-se pela inovação aplicada a modelo de negócios ou a produtos ou serviços ofertados;
- Spin-offs: empresas de caráter inovador que visa a aperfeiçoar sistemas, métodos ou modelos de negócio, de produção, de serviços ou de produtos, que nasce de organizações existentes, sejam elas empresas ou centros de pesquisa como universidades, laboratórios e institutos;
- Tecnologia: conjunto coordenado de ações ou medidas efetivas empregadas na produção e comercialização de bens e serviços bem como o conjunto de conhecimentos científicos e empíricos que resultam de observações, experiências, atitudes específicas e tradições (oral ou escrita);
- Ambientes promotores da inovação: são espaços propícios à inovação e ao empreendedorismo, que constituem ambientes característicos da economia baseada no conhecimento; articulação entre empresas nos diferentes níveis de governo, nas instituições científicas, tecnológicas e de inovação; nas agências de fomento ou organizações da sociedade civil e incubadoras tecnológicas;
- Incubadora de empresas: organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação;
- Pré-Incubadora: ambiente que oferece suporte a empreendedores para transformar suas ideias de negócios em empresas formalizadas juridicamente. Isso ocorre por meio de ferramentas, serviços de consultoria técnica e mercadológica, mentoria, assessorias, cursos e apoio institucional além de networking e aproximação com entidades financeiras e de investimento;
- Aceleradora de Empresas: organização, sistema, órgão, entidade ou empresa pública ou privada que estimula e apoia o crescimento de empresas inovadoras, por meio do provimento de infraestrutura de bens e serviços de aceleração, ofertando o suporte para ampliação e escalabilidade de negócios e recursos, visando dar maior amplitude aos processos de inovação tecnológica e a competitividade;
- Ecossistema de Inovação e Tecnologia: aglomeração de empresas, profissionais, órgãos e entidades públicas e privadas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa;
- Instituição científica, tecnológica e de inovação (ICT): órgão ou entidade de administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos;
- Parque Tecnológico: complexo de entidades empresariais, científicas e tecnológicas organizadas para promover a cultura e a prática da cooperação visando à inovação, a competitividade empresarial e a geração de riquezas por meio da criação e fortalecimento de empresas inovadoras;
- Polo tecnológico: ambiente industrial e tecnológico caracterizado pela presença dominante de micro, pequenas e médias empresas com áreas correlatas de atuação em determinado espaço geográfico, com vínculos operacionais com ICT, recursos humanos, laboratórios e equipamentos organizados e com predisposição ao intercâmbio entre os entes envolvidos para consolidação, marketing e comercialização de novas tecnologias.

Capítulo II DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (PMCTI)

ART. 3º Fica instituída a Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, destinada a promover e estimular a inovação, o empreendedorismo, a pesquisa e a qualificação científica e tecnológica no município de Guaporema.

ART. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a promover o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no Município de Guaporema, com vistas:

- à promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégias para o desenvolvimento econômico e social;
- à promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, assegurados os recursos humanos, econômicos e financeiros para tal finalidade;
- à promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público, privado, instituições de ensino e pesquisa, e entre estes com o terceiro setor;
- ao apoio e incentivo às atividades empreendedoras de base tecnológica e inovadora;
- ao estímulo à atividade de inovação nas Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) e nas empresas, inclusive para a atração, a constituição e a instalação de ambientes de inovação;
- à promoção da competitividade empresarial nos mercados nacional e internacional;
- ao incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia;
- à promoção e continuidade dos processos de formação e capacitação científica e tecnológica;
- à simplificação de procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação;
- a busca pelo melhor resultado qualitativamente considerado, para o desenvolvimento socioeconômico do município de Guaporema.

Capítulo III DA PROMOÇÃO DO AMBIENTE EMPREENDEDOR E DE INOVAÇÃO

ART. 5º O Município poderá estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia, envolvendo empresas, ICTs, entidades privadas sem fins lucrativos e ambientes de inovação, como incubadora, aceleradora, parque tecnológico.

Parágrafo único. O apoio previsto no caput poderá, entre outras ações, contemplar as redes e os projetos internacionais de pesquisa tecnológica, as ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação, entre estes, pré-incubadoras, incubadoras e centros tecnológicos, e a formação e a capacitação de recursos humanos qualificados.

ART. 6º O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, incluídos pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

§ 1º Os ambientes promotores de inovação previstos no caput deste artigo poderão apoiar o criador e inventor independente, startups, spin-offs e empresas com base no conhecimento, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o fomento de novos negócios e o aumento da competitividade.

§ 2º As pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, os parques e polos tecnológicos e os demais ambientes promotores da inovação estabelecerão suas regras para fomento, concepção e desenvolvimento de projetos em parceria e para seleção de empresas para ingresso nesses ambientes.

§ 3º Para os fins previstos no caput, o município poderá:

- Utilizar para seus projetos ou autorizar o uso de imóveis para a instalação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, diretamente às empresas e às ICTs interessadas ou por meio de entidade com ou sem fins lucrativos que tenha por missão institucional a gestão de parques e polos tecnológicos e de pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, mediante contrapartida obrigatória, financeira ou não financeira, na forma de regulamento;
- participar da criação e da governança das entidades gestoras de parques tecnológicos, de pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, ou outros ambiente de inovação, desde que adotem mecanismos que assegurem segregação das funções de financiamento e de execução.

ART. 7º O município poderá, mediante contrapartida financeira ou não, e por prazo determinado, nos termos de contrato ou convênio:

- compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com ICT ou empresas em ações voltadas à inovação tecnológica para consecução das atividades de incubação, sem prejuízo de sua atividade finalística;
- permitir a utilização de seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por ICT, empresas ou pessoas físicas voltadas a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, desde que tal permissão não interfira diretamente em sua atividade-fim nem com ela conflite;

§ 1º - permitir o uso de seu capital intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Parágrafo único. O compartilhamento e a permissão de que tratam os incisos I e II do caput obedecerão às prioridades, aos critérios e aos requisitos aprovados e divulgados pelo município, observadas as respectivas disponibilidades e assegurada a igualdade de oportunidades a pessoas físicas, empresas e demais organizações interessadas.

Capítulo IV DO CONSELHO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DE GUAPOREMA – COMCIT

ART. 8º Para a realização dos objetivos desta Lei, fica instituído o Conselho Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia (COMCIT), com a finalidade de promover a discussão, a proposição, a deliberação e o acompanhamento das políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação, de interesse do Município, bem como a análise dos incentivos às pessoas físicas e jurídicas inovadoras.

ART. 9º O Conselho Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia (COMCIT), órgão superior de consulta, de natureza deliberativa, consultiva e propositiva do Município de Guaporema terá a seguinte composição:

- 01 (um) representante da Secretaria de Educação e Cultura;
- 01 (um) representante da Secretaria de Meio Ambiente;
- 01 (um) representante da Secretaria de Agricultura e Agropecuária;
- 01 (um) representante da Secretaria de Assistência Social;
- 01 (um) representante da Secretaria de Administração;
- 03 (três) representantes do setor produtivo rural do município de Guaporema;
- 02 (dois) representantes da classe empresarial;
- 01 (um) representante das escolas de ensino estadual;
- 01 (um) representante das escolas de ensino Municipal;
- 01 (um) representante do Poder Legislativo.

§ 1º As entidades indicarão seus representantes, titulares e suplentes, que serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a realização de todas as indicações.

§ 2º Cada titular do COMCIT terá um suplente;

§ 3º Perderá o mandato o Conselheiro que deixar de pertencer ao órgão pelo qual foi indicado;

§ 4º Os membros do COMCIT podem ser substituídos a qualquer momento mediante solicitação da entidade apresentada à Diretoria do Conselho.

§ 5º O mandato dos conselheiros e seus respectivos suplentes serão de dois anos.



PREFEITURA MUNICIPAL

Estado do Paraná
Rua Parâ, 86 – Telefax: (0xx41) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uol.com.br

ART. 10. Ao COMCIT competirá:

- formular, propor, avaliar, validar e fiscalizar planos, ações e políticas públicas de promoção da inovação para o desenvolvimento do Município, a partir de iniciativas governamentais ou em parceria com agentes privados, sempre preservando o interesse público;
- promover a geração, difusão e democratização do conhecimento, das informações e novas técnicas e incentivar a introdução e adaptação à realidade local de técnicas já existentes;
- promover e incentivar estudos, eventos e pesquisas nas áreas de quetrata esta Lei;
- sugerir políticas de captação e alocação de recursos para as finalidades da presente Lei;
- acompanhar, avaliar e fiscalizar o correto uso dos recursos do Fundo Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia;
- aprovar e modificar seu Regimento Interno;
- publicar o seu regimento interno, resoluções, portarias, recomendações, e demais atos de sua competência que se fizerem necessários, no Órgão Oficial do Município;
- requerer aos órgãos públicos e privados informações e indicadores que sejam importantes para a análise e consecução de seus deveres legais, proposição de políticas públicas e ações municipais, atuando em sinergia com a Sala do Empreendedor, o Comitê Gestor Municipal da Lei Geral das MPÉs (CGMLG) e demais Conselhos Municipais, nas áreas de Educação, Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e demais interesse público;
- propor ao Executivo Municipal o aperfeiçoamento profissional e a introdução de métodos de trabalho e técnicas operacionais, visando à qualificação da esfera pública municipal na prestação de serviços públicos com aplicação de inovação;
- incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico inovador voltados ao aperfeiçoamento dos serviços públicos municipais e ao uso e controle dos recursos naturais;
- instituir submissões ou câmaras permanentes ou transitórias para estudos, avaliações, proposição de programas, planos de ação e projetos, fiscalização, ou outra atividade definida pelo COMCIT, podendo solicitar informações ou documentações complementares que julgar indispensáveis para a sua avaliação e ser auxiliadas por assessores independentes;
- promover, incentivar e apoiar a educação tecnológica no ensino básico, visando a manutenção do ecossistema inovador, seja por iniciativas do Município, seja em parceria com outras iniciativas;
- analisar as solicitações de empresas e pessoas físicas interessadas nos incentivos e estímulos previstos nesta Lei, podendo aprová-los ou rejeitá-los; manter intercâmbio, parcerias e colaborar na articulação das ações entre organismos públicos, privados e do terceiro setor envolvidos na formulação de políticas e ecossistemas de inovação, com outros municípios, estados, União e organismos internacionais;
- promover a integração dos habitats de inovação.

§ 1º O Regimento Interno do Conselho Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia (COMCIT), será aprovado com os votos da maioria absoluta dos membros, ou seja, de pelo menos cinquenta por cento mais um de seus membros titulares ou, na ausência destes, dos respectivos suplentes, sendo publicado, em até 90 (noventa) dias após a data da publicação da presente Lei.

§ 2º A direção do COMCIT será exercida pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Vice-secretário eleitos pela maioria dos votos dos membros presentes, garantindo-se a alternância na presidência entre representantes governamentais e não governamentais, sendo permitida a recondução no total ou em parte de seus membros nos próximos mandatos.

§ 3º Caberá ao Município a obrigação de prover os recursos humanos e materiais necessários ao pleno funcionamento administrativo e operacional do Conselho, indicando entre os servidores municipais o Secretário Executivo.

§ 4º A Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia – COMCIT tem como principais competências:

- Organizar as reuniões e dar suporte às atividades do COMCIT - Conselho Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia;
- Ser responsável pela publicidade das atas, formalização das deliberações e atos do Conselho Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia, COMCIT, e pela organização de seu protocolo geral;
- Apoiar as submissões e/ou câmaras permanentes ou transitórias para viabilizar a execução de estudos, projetos e outras atividades propostas pelo COMCIT.

§ 5º O COMCIT reunir-se-á ordinariamente a cada 06 (seis) meses ou extraordinariamente mediante convocação de seu Presidente ou por um terço de seus membros e deliberará por maioria simples de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

§ 6º O exercício de qualquer cargo de direção ou membro do COMIT não será remunerado e será considerado de relevante serviço público.

Capítulo V DA CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

ART. 11. Fica instituído Fundo Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia, com o objetivo de captação, aplicação e utilização de recursos financeiros para a promoção do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e inovador em Guaporema.

ART. 12. O Fundo Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia, será administrado pela Secretaria de Educação e Cultura, que ficará responsável pela captação, aplicação e execução orçamentária, respeitadas as apreciações e proposições do Conselho Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia.

ART. 13. Constituem recursos do Fundo Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia:

- recursos provenientes de transferências dos Governos Federal e Estadual e dos Fundos Nacional e Estadual;
- doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de recursos de pessoas físicas ou jurídicas, governamentais ou não, nacionais ou estrangeiras;
- o produto de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
- recursos auferidos com a venda de imóveis para fins industriais ou comerciais, de acordo com a respectiva política municipal;
- doações orçamentárias, consignadas no orçamento do município, créditos especiais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;
- outras receitas que lhe forem destinadas.

Parágrafo único. Os recursos do Fundo Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia serão depositados em conta específica em instituição financeira oficial e utilizados nas finalidades previstas no art. 1º.

ART. 14. Os recursos do Fundo Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia serão aplicados em:

- Pagamento de incentivos financeiros a empresas ou profissionais que aderirem a editais publicados para fomentar o desenvolvimento econômico e projetos de tecnologia e inovação aplicados aos setores produtivos locais;
- Financiamento, total ou parcial, de programas, projetos ou bolsas de apoio ligados ao desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e inovador;
- Financiamento, total ou parcial, de programas de capacitação e aperfeiçoamento da atividade empreendedora, desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e inovador;
- Pagamento de despesas para promover a participação de agentes públicos, profissionais, empreendedores e representantes de empresas locais em missões nacionais e internacionais, congressos, seminários, feiras e eventos relacionados a atividade empreendedora, desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e inovador;
- Desenvolvimento de sites, mídias sociais, campanha institucional e material gráfico, com o objetivo de divulgar a cultura e eventos de inovação, bem como promover diferenciais competitivos do Município de Guaporema para fomentar a atração de novas empresas.

Parágrafo único. Regulamentações necessárias referentes às condições de acesso aos recursos do Fundo Municipal de Inovação Tecnológica serão expedidas mediante resoluções do Conselho Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia.

Capítulo VI DOS MECANISMOS DE INCENTIVO À INOVAÇÃO

ART. 15. O Município de Guaporema, por meio de seus órgãos da administração pública direta ou indireta, incentivará o processo de inovação nas empresas, mediante o compartilhamento de recursos humanos, materiais e de infraestrutura, a concessão de apoio financeiro, de incentivos fiscais e subvenção econômica.

§ 1º A concessão de recursos financeiros, sob a forma de subvenção econômica e financiamento, visando ao desenvolvimento de produtos, processos ou serviços inovadores, será precedida de aprovação de projeto pelo órgão ou entidade concedente.

§ 2º A concessão da subvenção econômica prevista no § 1º deste artigo implica, obrigatoriamente, a assunção de contrapartida pela empresa beneficiária, na forma estabelecida nos instrumentos de ajuste específicos.

§ 3º O Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo.

ART. 16. O município de Guaporema promoverá e incentivará a pesquisa, o desenvolvimento de produtos, design, serviços e processos inovadores, em empresas brasileiras e em entidades de direito privado sem fins lucrativos, criadores e inventores independentes, startups, spin-offs e empresas com base no conhecimento, consórcio público de inovação e entidades brasileiras do terceiro setor, mediante concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infraestrutura a serem ajustados em instrumentos específicos destinados a apoiar atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, para atender às prioridades das políticas industrial e tecnológica do município.

ART. 17. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal poderão promover inovação colaborativa no serviço público, voltados à resolução de problemas concretos pertinentes à Administração Pública Municipal, por meio de startups e empresas com base no conhecimento, relativo a produtos, design, serviços e processos inovadores comprovados ou em desenvolvimento, na forma estabelecida pela legislação federal.

ART. 18. O Poder Público Municipal poderá alocar, em seu orçamento, recursos para a operação e manutenção de ambiente promotores de inovação, inclusive, espaços maker, coworkings, pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras, e centros de inovação e tecnologia.

Capítulo VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ART. 19. Para a consecução dos objetivos de que trata esta Lei, o Município poderá celebrar instrumentos jurídicos apropriados, inclusive convênios e contratos, com órgãos da Administração direta ou indireta, federal, estadual e municipal bem como, com organismos internacionais, instituições de pesquisa, universidades, instituições de ensino superior, fundações de apoio às instituições de ensino superior, entidades privadas sem fins lucrativos de apoio ao empreendedorismo e inovação, entidades empresariais, instituições de fomento, investimento ou financiamento.

ART. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Guaporema, 19 de junho de 2023.

Edifício da Prefeitura Municipal de Guaporema, Estado do Paraná, aos quatro dias do mês de Julho do ano de Dois Mil e Vinte e Três (04/07/2023).

GILBERTO CASTIGLIONI
PREFEITO MUNICIPAL
Original assinado



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA

Estado do Paraná
Rua Parâ, 86 – Telefax: (0xx41) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uol.com.br

Decreto n.º 3169/2023.

Ementa: Dispõe sobre a NOMEAÇÃO, para ocupar Cargo de Provimento em Comissão e, dá outras providências.

Preâmbulo: Eu, Gilberto Castiglioni, prefeito do Município de Guaporema – Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, especialmente com embasamento no artigo 83, inciso II, da Lei Orgânica,

Determino:

Art. 1º – Fica nomeado (a) a partir do dia 06/07/2023 o (a) Sr. (a) **LENARA NADYLAINE POLI SANTOS**, portador (a) de Cédula de Identidade com R. G. sob nº 13.938.254-4 SSP/PR, para ocupar Cargo de Provimento em Comissão – **Chefe de Divisão de Recursos Humanos**, nos termos da Lei Municipal nº 1010/2022, que trata da Estrutura do Quadro Permanente do Pessoal da Prefeitura Municipal de Guaporema, que trata da reformulação Administrativa da Prefeitura Municipal de Guaporema – Estado do Paraná.

Art. 2º – Este ato entrará em vigor, revogando-se disposições contrárias. Publique-se, registre-se, arquite-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal da Cidade de Guaporema – Estado do Paraná, aos seis dias do mês de julho do ano de Dois Mil e Vinte e três.

Gilberto Castiglioni
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de São Tomé

CNPJ 75 381 178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FRECHIO, 248 – FONE / FAX: (44) 3607-1280
CEP 87.220-000 – SÃO TOMÉ – PARANÁ
e-mail: prefeitura@saotome.pr.gov.br

DECRETO Nº. 1.159/2023.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º – Fica concedida ao servidor público municipal **JOÃO JUSTI**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Contabilidade II, matrícula nº 495, APOSENTADORIA POR IDADE, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição transformados em dias no total de 11.250 (onze mil duzentos e cinquenta) dias.

Art. 2º – Aposentadoria concedida nos termos do artigo 40, § 1º, inciso III, alínea b, da Constituição Federal.

Art. 3º – Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R\$ - 4.655,46 (quatro mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), revistos na mesma proporção e na mesma data do RGPS.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PACO MUNICIPAL “ANTONIO ARICINI DA SILVA”, AOS 06 (SEIS) DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2023.

OCELIO CESAR FERREIRA LEITE
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ

Estado do Paraná
Praça Paraná, 50 - Fone/Fax (044) 3644-1114 e 3644-1100.
Site: www.saomanoeldoparana.pr.gov.br e e-mail: compras@saomanoeldoparana.pr.gov.br
CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná
CNPJ - 80.909.617/0001-63

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

INTROITO: “FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PEÇAS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA MUNICIPAL COM BASE NOS VALORES DA TABELA TRAZ VALOR.”

AGNALDO TREVISAN, Prefeito Municipal de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, observando especialmente a Lei Federal nº 8.666/93 e, a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Com base nas informações constantes no **Pregão na forma Eletrônica Sistema de Registro de Preço nº 16/2023 – PMSMP** e em cumprimento aos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, acolho o relatório e decisão tomada pela Pregoeira e a Equipe de Apoio, cliente do Parecer Jurídico desta Prefeitura e **HOMOLOGO** o procedimento ora escolhido, em favor do fornecedor:

A. R. R. AUTOELETRICA LTDA – ME, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob nº 12.577.398/0001-02, com sede na Avenida Goitacazes, nº 113, Centro, CEP: 87.235-000, telefone: (44) 3674-1015, na cidade de Indianópolis, Estado do Paraná. Lotes Ganhos: 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018 e 019, todos com 01 item em cada, no valor total de R\$ 221.810,00 (Duzentos e vinte e um mil, oitocentos e dez reais).

Art. 4º, Inciso XXII, da Lei nº 10.520/2002, em consequência, fica convocado o proponente para assinatura da ATA nos termos do art. 64, caput, da Lei nº 8.666/93, sob pena de decair o direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 desta lei.

Pago Municipal “Treze de Setembro” de São Manoel do Paraná, em 06 de julho de 2023.

AGNALDO TREVISAN
Prefeito Municipal
(Original Assinado)



MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ

Estado do Paraná
Praça Paraná, 50 - Fone/Fax (044) 3644-1114 e 3644-1100.
Site: www.saomanoeldoparana.pr.gov.br e e-mail: compras@saomanoeldoparana.pr.gov.br
CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná
CNPJ - 80.909.617/0001-63

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO

EXTRATO DE CONTRATO: Nº 093/2023 - PMSMP
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 06 de julho de 2023.
CONTRATANTE: Município de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, com sede à Praça Paraná, nº 50, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 80.909.617/0001-63.
CONTRATADA: MERCADINHO FRANCEZ LTDA - ME, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob nº 38.470.576/0001-95, com sede na Avenida Indianópolis, nº 1050, Centro, CEP